

2. CONSULTA ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS:

Da **DPCG** submetendo informação circunstanciada, relativa a consulta às instituições financeiras para a contratação de empréstimo para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimentos autárquico-Requalificação da Escola Secundária de Maximinos, informação essa que vai em anexo.

PARECERES/INFORMAÇÕES

At. Sr. Presidente em pedido, como
amado, de submissão à reunião
do Órgão Executivo e Plenário
da Assembleia Municipal.

2019/11/06

[Handwritten signature]

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

[Handwritten signature]

19/11/07

O Presidente da Câmara Municipal,

[Handwritten signature]

Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG054

DATA: 29/10/2019

ASSUNTO:

Consulta às instituições financeiras para a contratação de Empréstimo para
Financiamento da Contrapartida Nacional de Operações de Investimento Autárquico
– Requalificação da Escola Secundária de Maximinos

Por ofício datado de 15 de outubro de 2019 foram convidados a apresentar proposta para a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 15 de março de 2019, ratificado pela Câmara Municipal na sua reunião de 28 de outubro de 2019, as seguintes instituições de crédito:

1. Caixa Geral de Depósitos
2. Banco Santander Totta
3. Novo Banco
4. Banco BPI
5. Caixa de Crédito Agrícola Mutuo
6. Banco Millennium BCP
7. Montepio Geral
8. Banco BIC
9. ABANCA Corporación Bancaria

Para além das instituições bancárias descritas no parágrafo anterior, foram de igual modo, de acordo com a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão de 16 de outubro de 2018, foi submetida, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, candidatura para financiamento da presente empreitada ao abrigo da Linha de Crédito BEI Portugal 2020 – Autarquias.

Das instituições convidadas, as seguintes não apresentaram proposta:

1. Montepio Geral
2. BIC
3. ABANCA Corporación Bancaria

Por outro lado, o BPI respondeu ao convite mas sem apresentar proposta, por considerar que não se revela viável a apresentação de proposta mais favorável relativamente àquela que o município poderia obter no âmbito da Linha BEI Portugal 2020/Autarquias.

As restantes instituições apresentaram proposta, facto assinalável e demonstrativa da confiança depositada na Autarquia.

Relativamente às mesmas, faremos seguidamente uma análise às condições apresentadas por cada uma/versus condições fixadas pela autarquia.

Assim, as condições fixadas pelo Município de Braga foram as seguintes :

REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS

- **Natureza do empréstimo:** Empréstimo de médio e longo prazo;
- **Finalidade:** Financiar o projeto identificado;
- **Montante:** até 1.336.736,53€ (um milhão, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e trinta e seis euros e cinquenta e três cêntimos);
- **Prazo:** até 15 anos após a data de perfeição do contrato;
- **Período de utilização e carência:** 4 semestres anos após a data de perfeição do contrato;
- **Taxa de Juro:** O empréstimo vencerá juros a uma taxa nominal variável, indexada à Euribor a 6 meses (Base 360 dias). No caso a Euribor assuma valor negativo não é aceite, para determinação da taxa nominal aplicável, que o indexante corresponda a zero;
- **Juros:** Os juros serão calculados diariamente sobre o capital em dívida e pagos semestralmente e postecipadamente;

- **Reembolso:** O capital em dívida será pago em prestações constantes, iguais e sucessivas, a pagarem semestralmente, com início após o período de carência (26 reembolsos);
- **Reembolso antecipado:** Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, sendo apenas devidos os juros relativos ao período de contagem em curso;
- **Comissões:** Não há lugar à cobrança de qualquer tipo de comissão, designadamente, comissões de imobilização, montagem, organização ou gestão;
- **Critério de Adjudicação:** O critério de adjudicação é definido pela aplicação do spread mais favorável ao empréstimo concedido (spread mais baixo);
- **Outras condições:** A Câmara reserva-se o direito de não proceder à contratação do empréstimo, caso não considere interessantes as melhores condições que venham a ser apresentadas pelos Bancos.

Em resultado de tais condições foram apresentadas as propostas que se apresentam nos quadros designados por “Quadro 1 – Análise das Condições Propostas”, incluindo a proposta apresentada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (no âmbito da candidatura ao financiamento BEI).

Assim, da sua análise podemos desde logo concluir que todas as instituições cumpriram com as condições fixadas pela Câmara Municipal de Braga com exceção do Millennium BCP e Novo Banco que limitaram o “indexante” (taxa Euribor 6m) à taxa 0% (zero) quando das regras convencionadas resultar uma taxa inferior a zero.

Considerando a análise efetuada e o critério de adjudicação definido, concluímos que a proposta apresentada através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., é a proposta mais vantajosa, propondo uma taxa de juro variável indexada à EURIBOR a 6 meses, acrescida de um **spread de zero vírgula duzentos e setenta e sete pontos percentuais (0,277%)**.

Em face do exposto, propõe-se:

Que o Exmo. Sr. Presidente remeta as propostas e o presente relatório à Câmara Municipal afim que este órgão delibere submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 49.º e no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nos seguintes termos:

- Adjudicar, com base no procedimento de consulta desenvolvido, a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo anteriormente referido, à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., nos termos e condições constantes das respetivas propostas.

Mais se informa que:

1. O pedido de autorização à assembleia municipal para a contratação do empréstimo é obrigatoriamente acompanhado de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município – número 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Informação em anexo;

2. Sendo que, nos termos do legalmente estabelecido, na alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de apuramento da dívida total dos municípios, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ou de Outros Fundos de Apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia.
3. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo, cujos efeitos da celebração se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, são objeto de aprovação por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções – número 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
4. Sempre que os investimentos financiados através de empréstimos a médio e longo prazo ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, não sendo esta a situação de enquadramento ($2.677.202,18/31.545.960=8,49\%$), são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e a autorização da assembleia municipal, de acordo com o definido no número 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
5. Os contratos de empréstimo de médio e longo prazo estão sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas para que possam produzir os respetivos efeitos (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto – Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas).

À consideração superior.

O Diretor do DPCG,



(Carlos Meireles)

O Chefe da DCPCG,



(Sandro Louro)

A Tesoureira,



(Rosa Veloso)

PARECERES/INFORMAÇÕES

Visto. A análise do h. P. de 1.º par.º,
comandando, submeter ao O.º de
Execução e ao O.º de Deliberação.
2019/11106

[Handwritten signature]

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Presidente da Câmara Municipal,

[Handwritten signature]
Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG055

DATA: 30/10/2019

ASSUNTO:

Cumprimento do estipulado no número 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

No seguimento das orientações divulgadas pelo Gabinete de Apoio à Presidência, e face às instruções recebidas pelo Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão, no sentido instruir com mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município o pedido de autorização a remeter à assembleia municipal para a contratação de um empréstimos para financiamento da empreitada de "Requalificação da Escola Secundária de Maximinos", venho, para efeitos do cumprimento do estipulado no número 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, submeter a seguinte informação:

Considerando que:

1. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.
2. O limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2019 é de €121.974.780, tal como evidencia o quadro a seguir apresentado:

[Handwritten signatures]

Receita Corrente Líquida				em euros
2016	2017	2018	Valor	
76 372 247	81 298 615	86 278 697	243 949 559	
Média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores				81 316 520
Limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				121 974 780

3. A dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 1 de janeiro de 2019, de €53.000.181, tal como demonstra o quadro a seguir apresentado.
4. Tendo como referencia a dívida do grupo autárquico a 1 de janeiro, e a dívida municipal à data de 30 de setembro, considerando o limite de endividamento para 2019, verifica-se uma margem de endividamento disponível à data de 30 de setembro de €10.936.144.

em euros	
Limite da dívida total (1)	115 850 831

01/01/2019

Dívida Total do Grupo Autárquico Excluindo Não Orçamentais e Dívida Excecionada (2)	46 048 492
Margem Absoluta (3)=(1)-(2)	69 802 339
Margem utilizável (4)=(3)*0,2	13 960 468

30/09/2019

Dívida do MB (5)	51 860 484
Dívida Não Orçamental e Dívida Excecionada (6)	3 080 149
Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e Dívida Excecionada (7)=(5)-(6)	48 780 335
Dívida das Entidades relevantes (8)	292 481
Dívida Total Para Efeitos do Cálculo (9)=(7)+(8)	49 072 816
Margem Absoluta (10)=(1)-(9)	66 778 014
Margem Utilizável (11)=(10)*0,2	13 355 603
Margem disponível por utilizar em 30/09/2019 (10)=(4)+((10)-(3))	10 936 144

Para os efeitos tidos por convenientes, remete-se à consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,


Sandro Louro